

Área Temática: 9 – Administração Pública

Um Estudo sobre a Eficiência dos Gastos Públicos em Saúde e Educação nos Estados Brasileiros

AUTORES

FABIA JAIANY VIANA DE SOUZA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
fabiajaiany@yahoo.com.br

MARIANA MEDEIROS DANTAS DE MELO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
marianadmelo@yahoo.com.br

MAURÍCIO CORRÊA DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
prof.mauriciocsilva@gmail.com

CLARA DALIANE SILVA DA COSTA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
CLARADALIANE@GMAIL.COM

RESUMO

A alocação de recursos públicos é um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade, sendo necessário que ela ocorra de modo a maximizar o benefício social. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009. Foram utilizadas as pesquisas descritiva, bibliográfica, quantitativa e qualitativa. A coleta de dados foi realizada nos sítios da STN, IBGE, DATASUS, MEC e Sistema da FIRJAN. Os resultados revelaram que o somatório da despesa com assistência hospitalar correspondeu a R\$ 27.249.908.236,58, sendo Alagoas o estado com menor destinação de recursos para essa subfunção e São Paulo aquele com maior alocação de recursos. Constatou-se ainda, que as despesas com ensino fundamental totalizam R\$ 26.133.775.786,46. São Paulo foi o estado que apresentou a maior destinação de recursos com ensino fundamental e Maranhão o que destinou menos recursos no ano de 2009. Conclui-se que dentre os 23 estados analisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

Palavras-chave: Eficiência. Saúde e Educação. Estados Brasileiros.

A Study on the Efficiency of Public Spending on Health and Education in the Brazilian

ABSTRACT

The allocation of public resources is one of the challenges faced daily by the company, requiring it to occur to maximize the social benefit. This research aims at analyzing the efficiency of public spending on hospital care and primary education in the Brazilian states in 2009. We used descriptive research, literature review, quantitative and qualitative. Data collection was performed at the site of the STN, IBGE, DATASUS, MEC and FIRJAN System. The results revealed that the sum of expenditure on hospital care amounted to R\$ 27,249,908,236.58, and Alagoas state with a lower allocation of funds for this subfunction São Paulo and one with greater allocation of resources. It was further observed that expenditure on primary education amounted to R\$ 26,133,775,786.46. São Paulo was the state with the highest allocation of resources to primary and Maranhão which allocated fewer resources in 2009. It is concluded that among the 23 states analyzed seven of them (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, Tocantins and São Paulo) were efficient with respect to spending on hospital and four of them (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul and São Paulo) were efficient and the implementation of spending on primary education.

Keywords: Efficiency. Health and Education. Brazilian States.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da saúde e educação como elementos responsáveis pelos avanços da população tem relação com a alocação dos recursos públicos. A saúde e a educação são direitos fundamentais da sociedade, devendo ocupar uma posição essencial na qualidade de vida da população (FONSECA; FERREIRA, 2009).

Nesse contexto, Silva (2010) explica que estudos que visem analisar a eficácia da prestação dos serviços de saúde no setor público tem chamado a atenção de pesquisadores da área de saúde e de gestores públicos. Devido ao crescimento nos custos da área de saúde, especialmente os relacionados às tecnologias médicas, há necessidade de controlar os gastos e melhor alocar os recursos disponíveis para essa área de atuação do governo.

A educação também tem relação com o desenvolvimento social da população, pois permite que o indivíduo adquira conhecimentos e forme habilidades cognitivas, desenvolve o discernimento e a consciência crítica que lhe possibilita um melhor relacionamento com os demais indivíduos de sua comunidade (DELGADO; MACHADO, 2008). Dessa forma, a educação básica possui papel fundamental no desenvolvimento do capital humano, incentivando os governantes a definirem metas para democratização e o desenvolvimento de melhorias para o ensino básico.

Segundo Gomes (2010) a construção de escolas, melhoria na infra-estrutura das já existentes, aumento no número de professores, entre outros são algumas tentativas no governo sentido de melhorar a educação da sociedade brasileira. Essas medidas, em maior ou menor escala, são resultantes do orçamento do governo para o sistema educacional e, por isso, devem ser analisadas quanto a sua eficiência.

A alocação de recursos públicos é um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade em que vivemos, pois é necessário que ela ocorra de forma que possa promover o máximo de benefício social possível. E, no caso da saúde e educação, essas restrições são ampliadas, em virtude deles serem elementos fundamentais para o a qualidade de vida dos indivíduos.

Nesse sentido, verifica-se que a relevância da saúde e educação no aperfeiçoamento da sociedade e a necessidade do controle social e fiscalização dos orçamentos públicos de assistência hospitalar e ensino fundamental executados são elementos que tornam essa pesquisa importante para a população.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder o seguinte problema: Qual foi a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009.

O artigo tem a perspectiva de promover a reflexão de gestores públicos, usuários e estudiosos de áreas afins sobre a importância da eficiência dos recursos públicos em saúde e educação, mais especificamente, com relação a assistência hospitalar e ensino fundamental, tendo em vista que estes devem conciliar qualidade e gastos eficientes, tendo como principal beneficiária a sociedade.

A pesquisa é constituída por cinco tópicos: este primeiro denominado introdução fornece uma visão geral a respeito da pesquisa. O segundo compreende o embasamento do estudo, constituído da apresentação dos conceitos da literatura existentes acerca da eficiência dos gastos públicos. O terceiro trata da metodologia que norteará a pesquisa. O quarto apresenta os resultados da pesquisa. O quinto considerações finais, recomendação e conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Administração Pública tem como finalidade a prestação de serviços visando à satisfação das necessidades coletivas. Para isso, depende dos ingressos financeiros do Estado oriundos, em maior parte, do patrimônio privado dos cidadãos na forma de impostos, taxas e contribuições (SILVA, 2005).

Meireilles (2003) entende que os fins da Administração Pública resumem-se ao objetivo de proporcionar o bem comum da coletividade, sendo ilícito e imoral todo ato administrativo não praticado com esse fim. Nesse contexto, o Estado propõe-se a atender necessidades coletivas tais como saúde, educação, segurança, saneamento básico, dentre outras.

A Constituição Federal introduziu o princípio da moralidade administrativa e da eficiência no seu artigo 37, como guia de atuação nas atividades administrativas no âmbito governamental (KALIFE, 2004). Assim, evidenciou a necessidade desses preceitos, assim como os demais elencados nesse dispositivo legal, garantindo proteção à moralidade e à eficiência.

Em virtude dessa situação, Oliveira, Sant'Anna e Vaz (2010) observaram a adoção de conceitos e práticas gerenciais na gestão pública brasileira, típicos da iniciativa privada. Dessa forma, gestão por resultados, gestão por competências e empreendedorismo são alguns dos termos e expressões, os quais, gradativamente, são incorporados ao vocabulário da Administração Pública, juntamente com valores como eficiência e foco em resultados.

Essa situação decorre do fato dos usuários do serviço público, e da sociedade em geral, estarem mais exigentes quanto à qualidade, celeridade e eficiência dos serviços públicos proporcionando transparência aos atos administrativos e o menor dispêndio de recursos nas suas ações.

Para Rezende, Slomski e Corrar (2005) a eficiência deve ser traduzida nos gastos públicos através de indicadores, demonstrando a efetividade da gestão pública. Por isso, os indicadores tem o propósito de fornecer informações sobre nível de eficiência, eficácia, qualidade e produtividade dos serviços, oferecendo também o grau de melhoria da gestão (BRASIL, 2009).

A melhoria na gestão pode ser obtida através da avaliação de políticas e programas governamentais a partir da análise dos efeitos que produziram na sociedade. Dessa forma, a avaliação tem atingido importância na seara governamental, sendo a área de política pública que mais se tem desenvolvido nos últimos tempos (SARAVIA, 2006).

Além disso, conforme Amorim e Reolon (2009) a avaliação das ações da Administração Pública constitui um instrumento de *accountability*, o qual tem contribuído para melhorar a qualidade e a eficácia na gestão pública a partir de um melhor desempenho das ações governamentais, alcançando os seus objetivos e metas.

Na visão de Martins (2005) a eficiência é um conceito econômico na medida em que se considera os recursos escassos e as demandas crescentes, sendo conceituada como a relação entre insumos e produtos. Desse modo, a gestão é mais eficiente quando gera mais produtos com menos insumos, maximizando o aproveitamento dos insumos.

Castro (2006) enfatiza que a eficiência não se preocupa com os fins, mas apenas com os meios enquanto a eficácia é quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos. Em um cenário organizacional é perceptível que as combinações de insumos nem sempre produzem a quantidade correta ou esperada de produtos, ocasionando desperdícios.

Os métodos paramétricos e não-paramétricos são apresentados na literatura para determinação dos níveis eficientes de determinadas unidades produtivas, sendo mais utilizado na avaliação da eficiência de unidades de decisão os métodos não paramétricos. Para Ribeiro (2008) a aplicação dos métodos não paramétricos consiste na construção de uma fronteira de

produção, envolvendo observações sobre insumos e produtos/resultados das unidades que compõem a amostra. As unidades mais eficientes estarão localizadas na fronteira e as demais serão avaliadas em termos de perdas de eficiência.

A Análise Envoltória de Dados – DEA, um dos métodos não paramétricos, possibilita comparar várias unidades de decisão ao mesmo tempo em virtude da projeção na construção da fronteira de eficiência.

No âmbito da Administração Pública, essa metodologia foi utilizada nos estudos de Herrera e Pang (2005) os quais usaram a DEA para analisar a eficiência da saúde e da educação em uma amostra de 140 países. Os resultados apontam que países com níveis mais elevados de gastos, com epidemias e elevados gastos com salário no orçamento total são menos eficientes. Gasparini e Souza Júnior (2006) também empregaram essa técnica para avaliar o impacto do Fundo de Participação dos Estados (FPE) sobre a eficiência da gestão pública. Os resultados assinalam a região Sul com maior eficiência no uso dos recursos, contrapondo-se a região Nordeste que encontra-se no outro extremo.

Miranda (2006) avaliou o desperdício na execução orçamentária dos municípios brasileiros por meio da DEA, estabelecendo como *output* a quantidade de crianças matriculadas no ensino básico da rede municipal, de internações na rede hospitalar municipal e de municípios com coleta de lixo. Como *input* utilizou-se o total de despesa orçamentária municipal.

A avaliação acerca da qualidade dos gastos públicos municipais do estado do Ceará em educação e saúde, nos estudos de Trompieri Neto *et al.* (2008) utilizaram DEA para determinar a eficiência, considerando como insumos os gastos alocados nas áreas da saúde e educação e como produtos o número de médicos e unidades de saúde, número de agentes de saúde e taxa de cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) e para educação o número de os professores, de salas de aula e de escolas da rede municipal de ensino. Os resultados apontam que os municípios com melhores condições sócio econômicas, com melhor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH são mais eficientes na prestação de serviços de saúde e educação.

Machado Júnior, Irffi e Benegas (2011) avaliaram a eficiência dos gastos municipais educação, saúde e assistência social para os municípios cearenses, resultando numa eficiência média de 88% na amostra estudada. Ao analisar separadamente essas três áreas a eficiência média obtida para saúde, educação e assistência social foi, respectivamente, 23%, 20% e 27%, denotando um baixo desempenho dos municípios cearenses. Essa análise evidenciou alguns municípios os quais podem ser utilizados como *benchmark* pelos demais de modo a otimizar a aplicação dos gastos públicos, refletindo em qualidade nos serviços prestados a população.

Dessa forma, é necessário controlar os gastos e melhor alocar os recursos disponíveis nas áreas de atuação do governo, sendo a metodologia DEA amplamente utilizada na análise de estudos empíricos acerca dessa temática.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

Beuren *et al.* (2003) recomendam que a pesquisa seja delineada quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva. De acordo Gil (1999), a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Neste sentido são realizadas descrições da eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009.

Com relação aos procedimentos essa pesquisa possui as características de pesquisa bibliográfica, uma vez que foi necessária a realização de pesquisa na literatura para fornecer embasamento teórico ao estudo e o levantamento dos valores referentes às despesas com educação fundamental, números de alunos matriculados, de professores e escolas.

Quanto à discussão sobre o problema esse estudo caracteriza-se como sendo quantitativo e qualitativo, pois a utilização do método não paramétrico da Análise Envoltória de Dados proporciona a investigação dos significados das relações entre as variáveis pesquisadas. Beuren *et al.* (2003) explicam que na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado e na pesquisa quantitativa utiliza-se algum instrumento estatístico, tanto na coleta de dados, quanto no tratamento dos dados.

3.2 Coleta e Tratamentos dos dados

Nesse estudo foi utilizada a Análise Envoltória de Dados (DEA) que de acordo com Gomes e Mangabeira (2004) pode ser conceituada como um método matemático que utiliza a programação linear para estimar a fronteira eficiente, sendo capaz de incorporar diversos inputs (entradas, recursos, insumos ou fatores de produção) e outputs (saídas ou produtos) para o cálculo da eficiência de unidades tomadoras de decisão, designadas por DMU's (*Decision Making Units*).

A DEA é aplicada segundo Encinas (2010) sobre os dados de forma a construir uma fronteira de eficiência, constituída pelas firmas mais eficientes, ou seja, com a melhor relação entre insumo e produto, definindo então a posição das demais firmas em relação a essa fronteira. Ela é conhecida como envoltória porque nenhuma DMU pode ficar fora da fronteira. A utilização do DEA no âmbito públicos tem sido defendida por Delgado e Machado (2008), por ele permitir a captação da melhor prática existente da organização produtiva e criação de um referencial para as instituições analisadas. Além de poder aplicar mais de um produto ao mesmo tempo em uma estimação.

Segundo Peña (2008), a DEA pode ser utilizada seguindo as seguintes etapas: na primeira são definidas as DMU; a segunda é seleção das variáveis (*inputs* e *outputs*) que são adequadas para estabelecer a eficiência relativa das DMU's selecionadas; a terceira é a aplicação dos modelos DEA. Para esse estudo foram selecionadas como DMU's os estados brasileiros, como *inputs* as despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental e *outputs* os números de leitos, de profissionais da área de saúde vinculados aos estados, estabelecimentos de saúde, de alunos matriculados, de professores e de escolas.

A coleta de dados foi realizada a partir dos números obtidos no banco de dados Finanças Brasil - FINBRA, disponível no sítio da STN. As informações coletadas no FINBRA são referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental. Os números de leitos, de profissionais e de estabelecimentos de saúde vinculados aos estados brasileiros foram retirados do sítio da DATASUS. Os números de alunos matriculados, de professores e de escolas, foram retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os dados coletados foram referentes ao ano de 2009.

O universo (população) dos dados de estudo da pesquisa são todos os estados brasileiros, sendo selecionadas para amostra aqueles que disponibilizaram as informações referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mais especificamente, no Finanças Brasil. Assim, foram excluídos da pesquisa os estados do Ceará, Goiás e Mato Grosso do Sul, por falta de informações disponibilizadas nos bancos de dados consultados, o que permitiu que a amostra da pesquisa fosse constituída pelos demais estados brasileiros.

Após a realização da coleta de dados, foram elaboradas duas planilhas no Microsoft Excel para organização dos dados e posteriormente, foi aplicada a DEA para analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009 através do Sistema Integrado de Apoio a Decisão (SIAD).

Para se analisar se a eficiência teve alguma relação com o desenvolvimento dos estados foram coletados no sítio do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos estados brasileiros pesquisados para o ano base de 2009. O IFMD corresponde a um estudo realizado anualmente, que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.565 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é elaborado tendo como base as estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Com a finalidade de verificar se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados pesquisados, foram coletados no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da 4ª e 8ª série dos estados brasileiros para o ano de 2009. Esse índice é gerado tendo como base o desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Essas taxas são obtidas através do censo escolar e os desempenhos dos alunos são medidos através de uma prova de Língua Portuguesa e Matemática. Sendo atualmente uma das ferramentas mais utilizados no Brasil para se avaliar a qualidade do ensino.

Vale ressaltar como limitação da pesquisa, a utilização de dados referentes ao ano de 2009 para a elaboração desse estudo, isso pode ser justificado pelo fato do IDEB ser um índice divulgado a cada 2 anos, sendo o ano de 2009, o ano base mais recente em termos de divulgação de informações sobre esse índice. Além disso, as informações referentes aos números de alunos matriculados, de professores e de escolas disponibilizadas no sítio do IBGE somente contemplam o ano de 2009.

4 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

2.1 EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A tabela 1 apresenta a estatística descritiva para as despesas com assistência hospitalar, o número de leitos, o número de profissionais da área de saúde e para o número de estabelecimentos de saúde dos estados brasileiros pesquisadas no ano de 2009.

Tabela 1 – Estatística descritiva dos dados dos estados pesquisados

Estatística Descritiva	Despesas com Assistência Hospitalar	Nº de leitos	Nº de profissionais	Nº de estabelecimentos
Total	27.249.908.236,58	23.333	67.929	944
Média	1.184.778.618,98	1.014	2.953	41
Desvio-padrão	2.397.604.433,07	2.008	7.271	43
Mínimo	20.492.375,62	107	286	13
Máximo	11.803.113.612,16	10.025	35.982	219

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base na análise realizada da tabela 1, verifica-se que os 23 estados brasileiros pesquisados apresentaram um somatório de despesa com assistência hospitalar de R\$

27.249.908.236,58 no ano de 2009. Além disso, observa-se, que a variação dessas despesas entre os estados foi de R\$ 20.492.375,62 a R\$ 11.803.113.612,16, valores referentes, respectivamente, a Alagoas e São Paulo e que em média os estados gastaram com assistência hospitalar R\$ 1.184.778.618,98.

Constatou-se que em média o número de leitos entre os estados pesquisados foi de 1.014, sendo o maior quantitativo de leitos (10.025) observado no estado de São Paulo e o menor (107) na Bahia. Com relação ao número de profissionais da área de saúde vinculados aos 23 estados, observa-se que os mesmos possuem um valor total de 67.929 profissionais, que são distribuídos na média de 2.953 entre os estados, sendo a Paraíba o estado com o menor quantitativo de profissionais estaduais da área de saúde e São Paulo aquele com o maior número.

Quanto à quantidade de estabelecimentos de saúde, verificou-se que o estado com o maior número de estabelecimentos no ano pesquisado foi São Paulo com 219 estabelecimentos e Piauí foi aquele com o menor número de instituições de saúde que correspondeu ao número de 13. A média de estabelecimentos de saúde entre os estados pesquisados foi de 41 e que os 23 estados brasileiros apresentaram um somatório de 944 instituições de saúde vinculadas a administração pública estadual.

A utilização de variáveis distintas para elaboração desse estudo torna necessária a realização de uma análise de correlação entre elas, com o objetivo de identificar o grau de associação entre elas. A tabela 2 é responsável por apresentar a matriz de correlação para as despesas com assistência hospitalar, número de leitos, número de profissionais e número de estabelecimentos dos estados brasileiros para o ano de 2009.

Tabela 2 – Matriz de correlação

	DAH 2009	NL 2009	NP 2009	NE 2009
DAH 2009	1,00			
NL 2009	0,95	1,00		
NP 2009	0,95	0,99	1,00	
NE 2009	0,91	0,91	0,90	1,00

Legenda: DAH – Despesa com Assistência Hospitalar;
NL – Número de leitos NP – Número de Profissionais;
NE – Número de Estabelecimentos

Fonte: Elaborado pelos autores

Tendo como base a tabela 2, constata-se que as variáveis utilizadas para essa pesquisa apresentam uma correlação positiva, demonstrando que existe dependência entre elas. Assim, verifica-se que as alterações no número de leitos, número de profissionais e número de estabelecimentos de saúde têm forte impacto nas despesas com assistência hospitalar dos estados brasileiros pesquisadas. Esse fato pode ser identificado ao se observar a tabela 2 e as análises dos coeficientes de correlação das variáveis os quais foram superiores a 90%, o que demonstra que mais de 90% das variações ocorridas número de leitos, número de profissionais e número de estabelecimentos de saúde são explicadas pelos gastos com assistência hospitalar.

Estudos que tenham a finalidade de pesquisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar dos estados brasileiros são necessários para que possa ser verificado se os gestores públicos estão alocando de forma eficiente os recursos públicos, uma vez que os escores obtidos através da utilização da DEA permite a população essa observação.

Os escores de eficiência padrão de cada estado brasileiro pesquisado para o ano de 2009 pode ser visualizado na tabela 3:

Tabela 3 – Escores de eficiência dos estados brasileiros

Estados	Escores de Eficiência Padrão	Estados	Escores de Eficiência Padrão
Acre	1,00	Pernambuco	0,69
Alagoas	1,00	Piauí	0,29
Amapá	1,00	Rio de Janeiro	0,57
Amazonas	0,80	Rio Grande do Norte	0,24
Bahia	0,42	Rio Grande do Sul	0,41
Espírito Santo	0,42	Rondônia	0,70
Maranhão	0,27	Roraima	1,00
Mato Grosso	0,82	Santa Catarina	0,73
Minas Gerais	0,86	São Paulo	1,00
Pará	0,49	Sergipe	0,23
Paraíba	0,46	Tocantins	1,00
Paraná	1,00		

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com análise realizada na tabela 3, pode-se constatar que dentre os 23 estados pesquisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 30,4%, que evidencia que um número pequeno de estados está gerindo bem os seus gastos com assistência hospitalar. Os intervalos dos escores de eficiência dos estados são apresentados na tabela 4:

Tabela 4 – Intervalos dos escores de eficiência dos estados analisados

Escores de Eficiência	Saúde	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	4	17,39
0,3 a < 0,5	5	21,74
0,5 a < 0,8	4	17,39
0,8 a < 1,0	3	13,04
1	7	30,43

Fonte: Elaborado pelos autores

Constata-se com a observação da tabela 4 que o maior percentual de escores de eficiência no ano pesquisado correspondeu ao intervalo de 0,1 a < 0,8, fato que demonstra que a gestão dos gastos públicos em assistência hospitalar da maioria dos estados não foi eficiente no ano analisado, o que sugere que os administradores públicos precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma maneira mais eficiente.

Os padrões de referência (*benchmarks*) que foram consideradas como parceiras de excelência para as unidades produtivas ineficientes podem ser visualizados na tabela 5. Os *benchmarks* são responsáveis por demonstrar o que deve ser alterado nos inputs e outputs para transformar unidades ineficientes em eficientes. O *benchmarking* pode ser conceituado como sendo um processo sistemático e contínuo para identificação da melhor prática e para modificação do conhecimento existente, de modo a alcançar o melhor resultado.

Tabela 5 - Parceiros de referência dos estados ineficientes no ano de 2009

DMU's	Acre	Alagoas	Amapá	Paraná	Roraima	São Paulo	Tocantins
Acre	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alagoas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amapá	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amazonas	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,51
Bahia	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,15	0,00
Espírito Santo	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,62
Maranhão	0,42	0,00	0,00	0,57	0,00	0,01	0,00
Mato Grosso	0,56	0,00	0,00	0,13	0,31	0,00	0,00

Minas Gerais	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,15	0,00
Pará	0,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,22
Paraíba	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Paraná	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Pernambuco	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,36
Piauí	0,00	0,00	0,35	0,45	0,00	0,00	0,20
Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,88
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	0,95	0,00	0,05	0,00
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	0,00	0,86	0,00	0,14	0,00
Rondonia	0,00	0,00	0,63	0,06	0,00	0,00	0,31
Roraima	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Santa Catarina	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,90
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Sergipe	0,00	0,08	0,00	0,63	0,29	0,00	0,00
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Parceiros de Referência	8	2	3	11	3	12	9

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com tabela 5 observa-se que os estados de São Paulo e Paraná foram as unidades produtivas eficientes que se constituíram como parceiros de referência para as DMU's ineficiente no ano de 2009. Assim, constata-se que essas DMU's foram consideradas as de maior relevância pelo fato de terem o maior número de indicações de *benchmarks* (última linha da tabela 5) dentre aquelas eficientes.

A tabela 6 tem a finalidade de apresentar os resultados do IFDM consolidado e os escores dos itens que o constituem de forma isolada (emprego & renda, educação e saúde) dos estados pesquisados para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com o desenvolvimento dos estados brasileiros.

Tabela 6 – IFDM dos estados pesquisados para o ano base de 2009

DMU's	Escore de Eficiência	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Acre	1,00	0,62	0,52	0,64	0,69
Alagoas	1,00	0,59	0,47	0,57	0,74
Amapá	1,00	0,60	0,54	0,62	0,65
Amazonas	0,80	0,61	0,51	0,64	0,67
Bahia	0,42	0,65	0,69	0,57	0,70
Espírito Santo	0,42	0,75	0,61	0,81	0,85
Maranhão	0,27	0,60	0,49	0,65	0,68
Mato Grosso	0,82	0,71	0,57	0,74	0,83
Minas Gerais	0,86	0,79	0,78	0,78	0,81
Pará	0,49	0,60	0,52	0,60	0,67
Paraíba	0,46	0,64	0,49	0,64	0,77
Paraná	1,00	0,82	0,80	0,78	0,89
Pernambuco	0,69	0,69	0,64	0,66	0,77
Piauí	0,29	0,65	0,54	0,66	0,76
Rio de Janeiro	0,57	0,81	0,85	0,74	0,82
Rio Grande do Norte	0,24	0,66	0,52	0,70	0,78
Rio Grande do Sul	0,41	0,79	0,75	0,74	0,87
Rondonia	0,70	0,70	0,68	0,69	0,73
Roraima	1,00	0,65	0,59	0,64	0,73
Santa Catarina	0,73	0,80	0,71	0,82	0,85
São Paulo	1,00	0,88	0,87	0,89	0,88
Sergipe	0,23	0,67	0,60	0,66	0,76
Tocantins	1,00	0,68	0,54	0,74	0,76

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base na análise realizada da tabela 6, observa-se que os estados que apresentaram os maiores IFDM para o ano de 2009 foram São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro. Enquanto que os índices mais baixos foram de Alagoas, Pará e Amapá. Ainda pode-se contatar através da tabela 6, os valores dos índices isolados para emprego & renda, educação e saúde. Nesse

sentido, verifica-se que os melhores índices para emprego & renda foram de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e os piores desempenhos foram de Alagoas, Maranhão e Paraíba. Em relação aos índices de educação observa-se que os estados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo foram aqueles que apresentaram os melhores índices e Bahia, Alagoas e Pará aqueles com os desempenhos mais baixos. Por fim, quando são analisados os índices para a saúde, constata-se que os estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul são aqueles que apresentaram no ano de 2009 os maiores índices e Amapá, Pará e Amazonas são aqueles com os piores desempenhos.

Os estados eficientes em 2009 foram Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins. Organizando-se um *ranking* de IFDM's para os 23 estados pesquisados verifica-se que o melhor desempenho dos estados eficientes foi de São Paulo que ocupou a 1ª posição, o 2º lugar foi ocupado pelo Paraná. Tocantins, Roraima, Acre, Amapá e Alagoas ocuparam, respectivamente, 2ª; 11ª; 14ª, 18ª, 21ª e 23ª posições. Dessa forma, verifica-se que a eficiência não teve relação com o desenvolvimento dos estados pesquisados, pois foi possível perceber, com exceção de São Paulo e Paraná, que o índice de desenvolvimento dos estados que tiveram escores com eficiência de nível máxima não teve bom desempenho quando comparados com o desenvolvimento dos demais estados brasileiros.

2.2 EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

A tabela 7 apresenta a estatística descritiva para as despesas com ensino fundamental, o número de alunos matriculados, o número de professores e para o número de escolas dos estados brasileiros pesquisadas no ano de 2009.

Tabela 7 – Estatística descritiva dos dados dos estados pesquisados

Estatística Descritiva	Despesas com Ensino Fundamental	Nº de alunos matriculados	Nº de professores	Nº de escolas
Total	26.133.775.786,46	9.674.762	461.776	25.209
Média	1.136.251.121,15	420.642	20.077	1.096
Desvio-padrão	1.936.617.442,47	591.808	27.572	1.138
Mínimo	8.801.530,82	56.613	2.952	313
Máximo	9.238.129.722,90	2.720.685	121.618	5.002

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constata-se pela análise realizada da tabela 7, que os 23 estados brasileiros pesquisados apresentaram um somatório de despesa com ensino fundamental de R\$ 26.133.775.786,46 no ano de 2009. Além disso, observa-se, que a variação dessas despesas entre os estados foi de R\$ 8.810.530,82 a R\$ 9.238.129.722,90, valores referentes, respectivamente, a Maranhão e São Paulo e que em média os estados gastaram com ensino fundamental R\$ 1.136.251.121,15.

Tendo como base a tabela 7, verifica-se que em média o número de alunos matriculados entre os estados pesquisados foi de 420.642, sendo o maior quantitativo de matrículas (2.720.685) observado no estado de São Paulo e o menor (56.613) em Roraima. Quanto ao número de professores, observa-se que os mesmos possuem um valor total de 461.766 profissionais, que são distribuídos na média de 20.077 entre os estados, sendo a Roraima o estado com o menor quantitativo de docentes e São Paulo aquele com o maior número.

Com relação à quantidade de escolas, constatou-se que o estado com o maior número de escolas no ano pesquisado foi São Paulo com 5.002 instituições de ensino e Alagoas foi aquele com o menor número de escolas que correspondeu ao número de 313. A média de

escolas entre os estados pesquisados foi de 1.096 e que os 23 estados brasileiros apresentaram um somatório de 25.209 instituições de ensino vinculadas a administração pública estadual.

A tabela 8 é responsável por apresentar a matriz de correlação para as despesas com ensino fundamental, número de alunos matriculados, número de professores e número de escolas dos estados brasileiros para o ano de 2009.

Tabela 8 – Matriz de correlação

	DEF 2009	NAM 2009	NP 2009	NE 2009
DEF 2009	1,00			
NAM 2009	0,95	1,00		
NP 2009	0,93	1,00	1,00	
NE 2009	0,88	0,97	0,99	1,00

Legenda: DEF - Despesa com Ensino Fundamental;
NAM - Número de alunos matriculados; NP – Número de Professores;
NE – Número de Escolas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base na análise da tabela 8, pode-se constatar que as variáveis utilizadas para essa pesquisa apresentam uma correlação positiva, demonstrando que existe dependência entre elas, pois os coeficientes de correlação das variáveis foram superiores a 88%. Assim, verifica-se que as alterações no número de alunos matriculados, número de professores e número de escolas têm forte impacto nas despesas com ensino fundamental dos estados brasileiros pesquisadas.

Os escores de eficiência padrão de cada estado brasileiro pesquisado para o ano de 2009 pode ser visualizado na tabela 9:

Tabela 9 – Escores de eficiência dos estados brasileiros

Estados	Escores de Eficiência Padrão	Estados	Escores de Eficiência Padrão
Acre	0,35	Pernambuco	0,53
Alagoas	0,39	Piauí	0,36
Amapá	0,30	Rio de Janeiro	0,31
Amazonas	0,63	Rio Grande do Norte	0,45
Bahia	0,64	Rio Grande do Sul	1,00
Espírito Santo	0,35	Rondônia	0,31
Maranhão	1,00	Roraima	0,25
Mato Grosso	0,76	Santa Catarina	0,52
Minas Gerais	1,00	São Paulo	1,00
Pará	0,55	Sergipe	0,35
Paraíba	0,51	Tocantins	0,31
Paraná	0,65		

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da observação da tabela 9, verifica-se que dentre os 23 estados pesquisados 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 17,4%, que evidencia que um número pequeno de estados está administrando bem os seus gastos com ensino fundamental. Os intervalos dos escores de eficiência dos estados são apresentados na tabela 10:

Tabela 10 – Intervalos dos escores de eficiência dos estados analisados

Escore de Eficiência	Educação	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	1	4,35
0,3 a < 0,5	10	43,48
0,5 a < 0,8	8	34,78
0,8 a < 1,0	0	0,00
1	4	17,39

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 4 evidencia que o maior percentual de escores de eficiência no ano correspondeu ao intervalo de 0,1 a < 0,8, fato que demonstra que a gestão dos gastos públicos em ensino fundamental da maioria dos estados não foi eficiente no ano analisado, o que sugere que os administradores públicos precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma maneira mais eficiente.

Os padrões de referência (*benchmarks*) que foram consideradas como parceiras de excelência para as unidades produtivas ineficientes podem ser visualizados na tabela 11.

Tabela 11 - Parceiros de referência dos estados ineficientes no ano de 2009

DMU's	Maranhão	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	São Paulo
Acre	0,41	0,00	0,59	0,00
Alagoas	0,78	0,00	0,22	0,00
Amapá	0,72	0,00	0,28	0,00
Amazonas	0,46	0,00	0,54	0,00
Bahia	0,03	0,00	0,97	0,00
Espírito Santo	0,63	0,00	0,37	0,00
Maranhão	1,00	0,00	0,00	0,00
Mato Grosso	0,82	0,00	0,18	0,00
Minas Gerais	0,00	1,00	0,00	0,00
Pará	0,33	0,00	0,67	0,00
Paraíba	0,42	0,00	0,58	0,00
Paraná	0,00	0,56	0,44	0,00
Pernambuco	0,00	0,04	0,96	0,00
Piauí	0,52	0,00	0,48	0,00
Rio de Janeiro	0,00	0,99	0,01	0,00
Rio Grande do Norte	0,69	0,00	0,31	0,00
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	1,00	0,00
Rondônia	0,46	0,00	0,54	0,00
Roraima	0,75	0,00	0,25	0,00
Santa Catarina	0,00	0,08	0,92	0,00
São Paulo	0,00	0,00	0,00	1,00
Sergipe	0,73	0,00	0,27	0,00
Tocantins	0,51	0,00	0,49	0,00
Parceiros de Referência	16	5	20	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a tabela 11 observa-se que os estados do Rio Grande do Sul e do Maranhão foram as unidades produtivas eficientes que se constituíram como parceiros de referência para as DMU's ineficiente no ano de 2009, pois apresentaram o maior número de indicações de *benchmarks* dentre aquelas eficientes.

A tabela 11 tem a finalidade de apresentar os resultados do IDEB (4ª e 8ª série) dos estados pesquisados para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados analisados.

Tabela 12 – Os IDEB's (4ª e 8ª série) dos estados pesquisados para o ano de 2009

DMU's	Escore de Eficiência	IDEB 4ª SÉRIE	IDEB 8ª SÉRIE
Acre	0,35	4,5	4,1
Alagoas	0,39	3,3	2,7

Amapá	0,30	3,6	3,6
Amazonas	0,63	4,5	3,6
Bahia	0,64	3,2	2,8
Espírito Santo	0,35	5,0	3,8
Maranhão	1,00	4,4	3,6
Mato Grosso	0,76	4,0	3,6
Minas Gerais	1,00	5,8	4,1
Pará	0,55	3,7	3,1
Paraíba	0,51	3,7	2,8
Paraná	0,65	5,2	4,1
Pernambuco	0,53	3,9	3,0
Piauí	0,36	3,8	3,4
Rio de Janeiro	0,31	3,5	2,9
Rio Grande do Norte	0,45	4,8	3,8
Rio Grande do Sul	1,00	4,0	3,1
Rondônia	0,31	4,4	3,4
Roraima	0,25	4,2	3,7
Santa Catarina	0,52	5,0	4,2
São Paulo	1,00	5,4	4,3
Sergipe	0,35	3,7	2,7
Tocantins	0,31	4,5	3,9

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se através da tabela 12 que os estados que apresentaram os maiores IDEB's para a 4ª série para o ano de 2009 foram Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Enquanto que os índices mais baixos foram de Bahia, Alagoas e Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, verifica-se que os melhores índices para a 8ª série foram de São Paulo, Santa Catarina e Acre e os piores desempenhos foram de Sergipe, Alagoas e Paraíba.

Os estados eficientes em 2009 foram Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Organizando-se um *ranking* de IDEB's para os estados brasileiros pesquisados verifica-se que o melhor desempenho dos estados foi de São Paulo que ocupou a 2ª posição quando é analisada a 4ª série e em 2ª quando é observada a 8ª série. Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ocuparam para a 4ª série, respectivamente, as posições (10ª, 1ª e 14ª) e para 8ª série (12ª, 4ª e 17ª).

Dessa forma, verifica-se que a eficiência não teve relação com a qualidade do ensino fundamental dos estados pesquisados, pois foi possível perceber que os estados que apresentaram os maiores IDEB's não foram aquelas que foram eficientes em 2009, exceção de São Paulo e Minas Gerais, pelo contrário, observou-se que a qualidade do ensino básico dos estados que tiveram seus escores eficiência de nível máximo não teve bom desempenho quando comparada com qualidade dos demais estados brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

A pesquisa em atenção ao objetivo formulado analisou a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nos estados brasileiros no ano de 2009. Vale ressaltar, que a utilização de ferramentas de análises de eficiência é relevante para a administração pública, em virtude da eficiência ser um dos princípios constitucionais que a administração pública deve observar (BRASIL, 1988). Assim, espera-se que esses resultados possam ser úteis tanto para os gestores públicos, quanto para os cidadãos das referidas capitais.

Recomendam-se outras pesquisas para que seja verificada a eficiência dos gastos com assistência hospitalar e ensino fundamental em outras amostras de estudo, em virtude da necessidade de pesquisas que apresentem para a população avaliações das alocações dos recursos públicos, de modo que a população possa visualizar como está sendo gerido o dinheiro público.

Os resultados revelaram que o somatório da despesa com assistência hospitalar correspondeu a R\$ 27.249.908.236,58, sendo Alagoas o estado com menor destinação de recursos para essa subfunção e São Paulo aquele com maior alocação de recursos. Constatou-se ainda, que as despesas com ensino fundamental totalizam R\$ 26.133.775.786,46. São Paulo foi o estado que apresentou a maior destinação de recursos com ensino fundamental e Maranhão o que destinou menos recursos no ano de 2009. Conclui-se que dentre os 23 estados analisados 7 deles (Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Roraima, São Paulo e Tocantins) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 4 deles (Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. S. S.; REOLON, R. Gestão Governamental e Políticas Públicas Locais. Porto Alegre: *Revista Debates*, v. 3, n. 1, p. 126-140, jan. – jun., 2009.
- BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização*. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/ferramentas/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- CASTRO, Rodrigo Batista de. *Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública*. In: Encontro Nacional da ANPAD, 2006, Salvador. Disponível em: <www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- DELGADO, V. M. S; MACHADO, A. F. *Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1054/1017>>. Acesso em: 23 mai. 2012.
- ENCINAS, R. *Oportunidades de aplicação da análise envoltória de dados em auditorias operacionais do Tribunal de Contas da União*. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054734.PDF>>. Acesso em: 21 dez. 2011.
- FONSECA, P. C.; FERREIRA, M. A. M. Investigação dos Níveis de Eficiência na Utilização de Recursos no Setor de Saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v.18, n.2, p.199-213, 2009.
- GASPARINI, C. E.; SOUZA JR., C. V. N. Análise da equidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 803-832, 2006.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, E. G.; MANGABEIRA, J. A. C. Uso de Análise Envoltória de Dados em Agricultura: o caso de Holambra. *ENGEVISTA*. v. 6, n. 1, p. 19-27, 2004.

GOMES, C.S. *Eficiência dos sistemas municipais de educação no estado de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

HERERA, S.; PANG, G. *Efficiency of public spending in developing countries: an efficiency frontier approach*, 2005. Mimeo.

KALIFE, Marco Aurélio. *Administração pública: Lei de Responsabilidade Fiscal e a controladoria*. In: REVISTA ELETRÔNICA DE CONTABILIDADE, 1, 2004, Santa Maria. UFSM, 2004. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn01/a15vIn01.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

MACHADO JUNIOR, Sâris Pinto; IRFFI, Guilherme; BENEGAS, Maurício. Análise da Eficiência Técnica dos Gastos com Educação, Saúde e Assistência Social dos Municípios Cearenses. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 36, jan-jul/2011.

MARTINS, H.F. *Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability*. Revista Eletrônica Sobre a Reformado Estado. 2005, n. 3(set/out/nov).Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere/edicao/03>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2003.

MIRANDA, R. B. Uma avaliação da eficiência dos municípios brasileiros na provisão de serviços públicos usando “data envelopment analysis”. *Boletim de Desenvolvimento Fiscal*, Ipea, 2006.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SANT'ANNA, Anderson de Souza e VAZ, Samir Lofti. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. *Rev. Adm. Pública [online]*. 2010, vol.44, n.6, pp. 1453-1475. ISSN 0034-7612.

PEÑA, C. R. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método análise envoltória de dados (DEA). *Revista de Administração Contemporânea*. [online], 2008, v.12, n.1, p. 83-106.

REZENDE, Amaury J.; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. *Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, M. B. *Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina*. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1368.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012.

SARAVIA, E. O conceito de política pública. In SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas, *Coletânea*. v. 1. Brasília, ENAP, 2006.

SILVA, F. L. G. *Análise da eficiência técnica dos gastos públicos com saúde no estado do Ceará*. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVA, Lino Martins da. Auditoria das receitas públicas: análise crítica e contribuição. *Revista de Controle e Administração*, Rio de Janeiro: Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jun 2005.

TROMPIERI NETO, N. *et al.* Determinantes da eficiência dos gastos públicos municipais em educação e saúde: o caso do Ceará. In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 4, 2008, Fortaleza.